

# INTERNACIONALISMO COMO TEMA E COMO PROJETO DE VIDA – ENTREVISTA COM ROSANA PINHEIRO–MACHADO<sup>1</sup>

Danira Morais da Silva<sup>2</sup>

Gustavo Fernandes Paravizo Mira<sup>3</sup>

Leonardo Francisco de Azevedo<sup>4</sup>

Acreditar nos espaços de diálogo é uma obrigação em tempos nos quais o negacionismo e o despreço por informação verificada se fazem presentes na cena pública. Vivenciamos uma inédita pandemia acompanhada do aumento das desigualdades e da pobreza, bem como do crescimento das migrações por guerra e desastres, além da intensificação de conflitos étnico-identitários e de uma significativa descrença nas instituições, com impacto global. Neste cenário onde as ideias e os conflitos parecem ser difíceis de decifrar, a reafirmação do compromisso com a ciência e diversificação dos espaços de debate, especialmente no Brasil, transforma-se em um ato de resistência ante o obscurantismo rasteiro que tem atrapalhado o entendimento sobre questões centrais para convívio.

Tendo em vista a importância da ciência como instância de análise, debate e crítica da realidade, o corpo editorial da CSOnline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais propõe, a partir deste número, uma nova seção dedicada à escuta de pesquisadoras e pesquisadores de renome na cena pública e acadêmica. Nosso objetivo, a partir de entrevistas cuidadosamente elaboradas por nossa equipe, é alargar as fronteiras de discussão de temas de interesse e, ao mesmo tempo, de forma sensível, conhecer as trajetórias e as percepções de figuras relevantes nas Ciências Sociais. Entendemos que a Antropologia, a Ciência Política e a Sociologia têm muito a contribuir na construção de debates acessíveis e qualificados em direção a uma sociedade mais plural, justa e participativa.

A primeira entrevistada escolhida, fruto de um intenso trabalho de curadoria, é a professora Rosana Pinheiro-Machado. Doutora em

<sup>1</sup> Agradecemos publicamente a pronta disponibilidade da Professora Rosana Pinheiro-Machado em nos conceder essa entrevista.

<sup>2</sup> Mestranda em Ciências Sociais na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Contato: daniram.silva@gmail.com.

<sup>3</sup> Doutorando em Ciências Sociais na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Contato: gustavoparavizo@gmail.com.

<sup>4</sup> Doutorando em Ciências Sociais na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Contato: leonardoazevedof@gmail.com.

Internacionalismo como tema e como projeto de vida

Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rosana trabalhou em grandes universidades no Brasil e no exterior, como a Universidade de Oxford, e atualmente é professora de Desenvolvimento Internacional na University of Bath, no Reino Unido. Em uma de suas pesquisas mais conhecidas, estudou o circuito de circulação de produtos chineses até sua chegada ao Brasil, via Paraguai. Sua tese ganhou os principais prêmios no Brasil, como o prêmio de melhor tese da Associação Brasileira de Pós-graduação em Ciências Sociais (ANPOCS) e da CAPES. Além disso, se tornou uma das principais vozes acadêmicas, no debate contemporâneo, contra as intransigências do governo Bolsonaro e avanço do conservadorismo e de movimentos antidemocráticos, no Brasil e no mundo.

Ela nos concedeu essa entrevista em novembro de 2020 em um contexto bastante rico, porém turbulento e repleto de acontecimentos importantes. No Brasil, logo após o fim do primeiro turno das eleições municipais brasileiras, ainda havia expectativa pela realização das eleições, em segundo turno, de prefeitos e prefeitas nas cidades mais populosas. Entre os nossos vizinhos, fatos importantes também estavam em curso: a Bolívia havia enfrentado a maior tensão desde a deposição de Evo Morales, com retorno do MAS à presidência do país; no Chile, o processo de reedição da constituinte havia sido aprovado em plebiscito; nos Estados Unidos, a apuração dos votos na corrida pela Casa Branca, entre Trump e Biden, gerava medo e preocupação. Por meio de chamada de vídeo, Rosana respondeu a uma série de perguntas a respeito de suas pesquisas, sobre o papel da intelectualidade no debate público, sobre as universidades no Brasil e na Europa e também em relação a diferentes temas como saúde mental na academia, interdisciplinaridade e política contemporânea. Convidamos você a conferir a íntegra da entrevista que segue publicada abaixo.

\*\*\*

**Você sempre realizou pesquisas que não se circunscreveram a apenas um “lugar”. A sua pesquisa de mestrado foi sobre o circuito Paraguai – Brasil, realizando trabalho de campo com os vendedores ambulantes que iam até país vizinho comprar mercadorias mais baratas para revender em Porto Alegre, e depois você ampliou esse campo de estudos no seu doutorado, investigando o circuito completo China – Paraguai – Brasil. Considerando que grande parte das pesquisas antropológicas se concentram em certos lugares**

**específicos, bem demarcados, quão desafiante foi realizar etnografia em uma perspectiva transnacional, que talvez não estivesse tão em voga quando você realizou sua pesquisa?**

**RPM:** Bom, eu sempre tive uma perspectiva de globalização, eu já vinha trazendo desde a militância, na adolescência, e depois juventude, então sempre tive uma visão focada nas questões de globalização. E aí eu tive um orientador que me ajudou muito, o Ruben Oliven. Eu sempre falo da importância dos orientadores nas nossas vidas porque eles podem ser pessoas que abrem portas e que, como diria o Appadurai, aumentam a nossa capacidade de aspirar, que mostram que existe um mundo enorme, ou podem ser pessoas que fecham muitas barreiras e nos limitam. E o Ruben teve um papel fundamental para mim. O Ruben escreveu um dos livros mais importantes sobre globalização, "A Parte e o todo"<sup>5</sup> – um clássico dos anos 80 sobre globalização publicado no mundo todo. E ele pensava o Rio Grande do Sul sobre a perspectiva do transnacionalismo. Então uma das coisas que o Ruben me ensinou, desde o final da minha graduação, é que não importa onde a gente esteja – e acho que isso hoje está muito mais claro por causa da pandemia – a gente pode alargar a visão em uma perspectiva transnacionalista muito maior. Quando eu fazia já o mestrado, globalização era um tema da moda, digamos assim. Na Antropologia todo o debate sobre transnacionalismo era muito emergente, então tinha espaço para fazer isso. Mas eu chamava, e sempre chamei minha pesquisa de uma etnografia multissituada em diversas etnografias multissituadas e multilocalizadas. Porque eu fiz etnografias clássicas em cada lugar que eu morei. Eu não fiz a etnografia tradicional, eu diria, que é esperada, de transnacionalismo e cosmopolitismo, que essa era uma discussão muito na moda nos anos 90 e início dos anos 2000, que é de ficar circulando entre Estados-nação. Eu fiz etnografias muito clássicas, então eu tive muita facilidade para dialogar com uma Antropologia muito clássica quando eu precisava de alguma legitimidade no meu próprio campo, porque eu tinha cinco anos de etnografia no camelódromo, de etnografia diária. Depois eu morei no Paraguai, depois morei na China. Então eu fui costurando essas diferentes localidades, então ao mesmo tempo eu pude dialogar com a sinologia clássica, quando estava na China, ou com quem estuda o Paraguai. E os desafios são sempre muitos. Eu acho que o primeiro dele é esse impulso do orientador – no caso do meu orientador – de mostrar que é possível fazer qualquer tipo de

<sup>5</sup> OLIVEN, R. G. **A Parte e O Todo: A Diversidade Cultural No Brasil – Nação**. Petrópolis: Vozes, 1992.

etnografia. Agora os estudantes... é impressionante como isso mudou com a pandemia, todo mundo pensando em fazer qualquer coisa, porque viram que é possível pela internet. E os desafios existiam, de fato, porque você encarar um trabalho de campo na época, na fronteira Brasil-Paraguai, e encarar os riscos quando você é uma mulher de 22 anos, e ainda sozinha, sem financiamento, e passar por diversas situações como eu passei. Eu fui assaltada, porque eu viajava com os sacoleiros de Porto Alegre para o Paraguai, fiquei com uma arma apontada na minha cabeça, de refém, por uma hora, com muitos tiros. Isso durante o trabalho de campo. Então esses trabalhos que envolvem deslocamento entre fronteiras são trabalhos que colocam o corpo da gente em situações de risco, que é muito diferente de uma zona de conforto, como quando eu estava no camelódromo, que era um lugar em que eu me sentia plenamente segura. E aí também lidar com o trabalho de campo no Paraguai foi lidar com o trauma físico mesmo, de acordar toda noite berrando, de fazer etnografia em um processo pós-traumático. E ao mesmo tempo seguir. Nem sei se foi o mais correto ter seguido, mas eu era cabeça dura e teimosa. Mas segui, completei. E depois fui pra China, onde passei por outras situações, e que foi a coisa mais desafiadora da minha vida. Também era relativamente jovem, tinha 25 anos, e foi a minha primeira experiência internacional, porque o doutorado, para muitos de nós, é a oportunidade que a gente tem. Isso, quando tinha bolsas, era uma época de ouro, com bolsa-sanduíche, financiamento, de muitos estudantes como eu poderem fazer a primeira viagem internacional, pegar avião e de ampliar esse mundo. Então a China foi esse salto... eu saí do localismo de Porto Alegre para a China direto. Eu aprendi chinês antes de aprender inglês. Eu sempre digo que na minha etnografia eu fui puxando fios, sem abandonar a etnografia clássica, eu ia puxando fios. Era como novelo. Quando eu estava em Porto Alegre, desde o primeiro ano da minha etnografia, que foi em 99, eu olhava para as mercadorias e pensava: 'de onde vem isso?'. A curiosidade foi me levando para o campo. Eu sempre fui muito curiosa e estímulo muito que os meus estudantes hoje sejam curiosos, que eles possam se colocar perguntas: de onde vem, para onde vai, como vai? E eu fui seguindo a rota dos objetos e aí cheguei nas fábricas da China, numa época em que eu tive muita sorte, porque quando eu comecei o projeto, todo mundo ria de mim, eu era meio a piada: "ah, a paraguaia, vai fazer uma tese falsificada". Todas aquelas piadas de que meu assunto era muamba, não era muito sério... aí quando eu terminei o doutorado, a China tinha virado o maior

Internacionalismo como tema e como projeto de vida

parceiro comercial do Brasil, o Lula e a Dilma tinham feito missões pra China, isso tudo durante o campo. E eu voltei da paraguaia para a principal especialista em China no Brasil. Então eu virei uma pessoa super importante, da paraguaia falsificada, com todo o preconceito que está por trás, para uma pessoa que estudava uma coisa muito importante – e isso estudando a mesma coisa, eu não mudei de objeto. Então as dificuldades foram muitas, eu sempre tive muito poucos pares para dialogar sobre a China no Brasil. Muito poucos mesmo. E hoje eu posso dizer, estamos em 2020, que eu tenho alguns pares e alguns estudantes no Brasil estudando a China, mas mesmo assim é muito pouco. Está longe de constituir um campo – porque é muito caro também, né? Mas não é só caro, a gente não é estimulado a saber que a gente pode ir, uma vez que a gente pode aprender... a gente também não é estimulado a buscar recursos. Eu não tinha dinheiro nenhum, trabalhava no doutorado, não tinha bolsa, e ao mesmo tempo tive pessoas que foram me dizendo que existia recurso. Depois veio a bolsa, já na metade do doutorado, mas as pessoas foram me dizendo como conseguir recursos, como estudar línguas de graça na universidade, quer dizer, todas essas possibilidades que a gente é pouco ensinada. Essa é uma pergunta ampla e eu falei muito porque são tantos desafios, desde o risco, desde o financiamento, desde o fato de eu ter passado nove anos da minha vida em um projeto etnográfico. Eu brinco que foram nove anos que eu não namorei, não fui a festas, não bebi, porque foram realmente nove anos dedicados a um projeto que exigiu a minha vida, meu corpo, exigiu a minha atenção. E foi o projeto da minha vida mesmo e que ao mesmo tempo me mostrou que o mundo é muito grande e que eu poderia fazer do internacionalismo um tema e um projeto de vida também.

**Você consegue transitar em diferentes campos de estudos, indo desde pesquisas sobre desenvolvimento internacional, hábitos de consumo de camadas populares, conservadorismo e política. Considerando que há ainda muita resistência, por parte de alguns grupos mais especializados, em promover diálogos interdisciplinares e transitar em diferentes áreas de pesquisa, quais são as dificuldades e as potencialidades em transitar por diferentes temas e abordagens?**

**RPM:** Ao mesmo tempo em que eu passei por muitos temas, a minha trajetória é muito coerente, quer dizer, eu consigo fazer a ilusão biográfica de um fio perfeito dela. Eu comecei estudando os

camelôs, economia informal e terminei a tese estudando produção de mercadorias falsificadas. E toda a minha trajetória nessa pesquisa é sobre produção de mercadorias falsificadas, né? E aí, uma pergunta natural do meu trabalho, que já começou durante o doutorado, que já aparecia na tese era: 'quem é que consome esses produtos?'. Isso me levou imediatamente a estudar consumo popular. E o consumo popular é um projeto que começou em 2009, quando eu terminei o doutorado, que eu defendi em 2008. Eu comecei esse projeto respondendo à pergunta que a minha tese tinha deixado. Então eu também fui jogando com o quanto eu precisava fazer isso. Eu fui jogando também com o *status quo*, com o establishment e como ele funciona para construir a minha trajetória. Bom, eu não mudei de tema e estou estudando consumo popular. Eu sempre estive estudando cultura material e produção de marcas como forma de identidade. Tanto que os primeiros anos na periferia de Porto Alegre, que eu estudei a pesquisa de consumo popular, é uma pesquisa que começou no camelódromo. Isso me levou a pensar, a começar a fazer isso, e a ver os processos de politização desse consumo que me levaram, conseqüentemente, quando eu voltei para o campo, a observar que aqueles consumidores da era Lula haviam virado bolsonaristas. Isso sim me joga num campo completamente diferente. Porque até então eu sempre fui muito aberta à interdisciplinaridade. Eu tenho uma preguiça profunda de preconceito, de olhos virados, quando um cientista político revira os olhos para a Antropologia e vice-versa. Quando eu fico sabendo disso, nem acredito. Nem quero saber que isso existe porque acho isso tão absurdo. Eu sempre tive um grande diálogo com diversas áreas, principalmente quando eu voltei da China. Quando eu voltei de lá, eu estava falando para economistas. A maioria das palestras que eu dei na volta da China foi, por dois anos, para economistas. Aí eu tive que aprender a ser uma antropóloga que sabia falar sobre economia da China, sobre desenvolvimento da China, desenvolvimento do Brasil. Eu não podia sair estudando só mercadoria. Eu era a pessoa que tinha que responder ao que esse mercado que eu estava respondia sobre modelo de desenvolvimento. Então eu sempre tive uma visão muito ampliada, sempre trabalhei em departamentos interdisciplinares, mas por outro lado – e era isso que eu estava falando, eu lidava muito com o *status quo* no sentido de que eu tive dois projetos muito consolidados. O primeiro era essa linha e o segundo era uma resposta natural e que até hoje quando eu falo de consumo e cultura material, que são áreas que atravessam minha vida toda, muitas vezes uso dados das duas pesquisas porque essas coisas têm

realmente uma continuidade. Isso também me colocou em um lugar de legitimidade, digamos assim, com o *status quo* antropológico. Eu negociava essa minha identidade com diferentes grupos. Mas o fato é que eu nunca trabalhei em departamento de Antropologia apesar de, entre aspas, eu ser uma antropóloga muito clássica em muitos sentidos. E ser reconhecida na Antropologia e por muitos colegas como alguém que fez etnografia muito clássica. Mas eu sou uma pessoa que sempre trabalhou fora. Sou uma pessoa ambígua. Meu primeiro emprego foi nas Relações Internacionais, meu segundo emprego foi na área do Desenvolvimento Internacional, na qual eu estou há sete anos – eu jamais trabalharia em outra coisa, eu nem sei trabalhar em outra coisa que não seja isso desde que eu fui professora de Oxford e agora em Bath, que são departamentos muito semelhantes. No desenvolvimento internacional, talvez a Antropologia e a Economia sejam as disciplinas mais importantes. E a gente divide disciplinas como teoria do desenvolvimento. Eu tenho um (colega) professor que fala muito de modelo de desenvolvimento, daí eu vou falar ‘não, a gente tem que olhar para a comunidade’. E eu passei a lidar com pessoas e grupos nos quais essa hierarquização de áreas não existe. Então, quando eu vejo isso no Brasil, e eu acho que a gente tem de ter identidade acadêmica, mas essa disputa de área para deslegitimar e desmoralizar o trabalho de outra área é burra, medíocre, porque você só perde com isso. Depois de um determinado tempo, já trabalhando em departamentos interdisciplinares, se eu for julgada como sendo menos antropóloga ou uma antropóloga não pura, vou dizer, ‘tchau, azar o seu’. Não estou mais preocupada com isso porque não tenho tempo para perder com pessoas que têm essa mentalidade. Me considero antropóloga, me vejo como uma antropóloga que dialoga com muitas áreas. Acho que no estudo do conservadorismo a minha interlocução amplificou demais entre as áreas e creio que a Antropologia, sem querer ‘puxar a brasa para o meu assado’ – e essa é uma expressão muito gaúcha (risos) – teve um papel muito importante. E eu não acho que ela tem um papel mais importante que as outras disciplinas porque cada uma delas tem um ponto de vista pelo qual a gente analisa um fenômeno social por algum lugar. A Antropologia, por ter seu pé fincado no chão, neste caso específico do bolsonarismo, foi uma disciplina que esteve muito à frente porque conseguiu ver processos que estavam margeando na base e que as instituições não mostravam. Todos os institucionalistas, cientistas políticos, estavam dizendo em 2018 que a polarização entre PT e PSDB ia se manter nas estruturas das

Internacionalismo como tema e como projeto de vida

eleições. E o que aconteceu foi algo completamente não esperado e que a Antropologia estava dizendo há muito tempo. Por outro lado, tem elementos que a Antropologia não dá conta e eu preciso buscar outras explicações na História, na Ciência Política e na Sociologia para que a minha Antropologia seja melhor. Voltando à sua pergunta, eu acho que tem muitos desafios que são preconceitos mesmo, mas a gente só ganha com isso [interdisciplinaridade]. E eu acho que ninguém tem que abrir mão da sua identidade – eu nunca abri mão da minha identidade de antropóloga, inclusive trabalho em um departamento como antropóloga. Mas por outro lado a gente só ganha buscando outras perspectivas teóricas que enformam melhor o seu trabalho. Isso tem muito de como a gente se coloca no nosso campo. Tem uma postura em relação a como a gente vai escolher isso. Agora a gente está em um momento crucial, no qual a gente vai ser o profissional que quiser, em grande medida. Estamos em uma crise medonha, não há emprego, mas por outro lado eu também aprendi que a maneira pela qual eu via a interdisciplinaridade influenciava como a interdisciplinaridade me abraçava, porque eu sempre rejeitei essas fronteiras como limites, embora eu sempre tenha respeitado as linhas entre as disciplinas. Eu sempre rejeitei fronteiras e barreiras que impedissem o diálogo e com isso eu fui traçando colaborações com pessoas como eu, que também as rejeitavam. E hoje eu falo muito pouco para a Antropologia, quer dizer, eu falo muito para Antropologia, mas eu falo para todas as disciplinas do Brasil de Ciências Humanas e para todas eu acho que eu tenho alguma coisa a dizer, assim como eu tenho algo a aprender. Isso é uma postura que eu fui criando. Claro que é muito mais difícil para um acadêmico que vai fazer concurso especializado e que ainda não tem uma especialidade. É óbvio que eu estou falando de um processo que foi construído, mas que eu acho que é possível e que abre muitas portas, inclusive para o mercado de trabalho. Não estar restrito a uma área também ajuda muito no mercado.

**A partir da sua experiência, você acredita que barreiras epistêmicas, que existem entre as diferentes áreas das Ciências Humanas, podem ser dirimidas/rompidas por meio de incentivos institucionais ou parte mais dos pesquisadores na tentativa de encontrar pontos comuns e de partilha na transdisciplinaridade? Seria uma postura mais individual ou institucional?**



**RPM:** Eu diria, como uma boa estruturalista que sou, que a gente precisa mudar as instituições e o sistema. Mas por outro lado, em um cenário realista, eu sempre penso que as estruturas enformam o indivíduo. Mas o fato é que diante do contexto que nós estamos, com áreas muito delimitadas, com os programas interdisciplinares existentes – que muitas vezes não funcionam enquanto outros funcionam –, há muito pouco a se fazer nesse sentido, em termos institucionais. Eu acho mesmo que o que deve haver é uma mudança de perspectiva dos pesquisadores no sentido de construir isso e também trazer para o debate público. Penso que eu e tantas outras pesquisadoras que fazem isso – Debora Diniz e certas pessoas, estou falando do debate público, mas pensando em pessoas que vão também, a partir de uma posição relativamente pública, transformando essa visão, né? Eu sempre faço questão de dizer que em nada me importa essa divisão. Isso também vai influenciar uma geração – eu, Débora e tanta gente que está no debate público. Então, acaba que há muito pouco para fazer em termos de um projeto institucional. Em tempos de crise no Brasil, acho que essa é uma postura de nós pesquisadoras mesmo. Eu encontrei muito mais abertura – muito, muito mais abertura – do que preconceito nessa área. Muito mais. Mas é claro que isso vai como a gente joga com o capital simbólico de cada área. Como a gente constrói nossa reputação dentro da área e depois circula. É um jogo muito no limite, mas eu encontrei muito mais abertura e portas abertas do que fechadas. Muito mais.

**Seus trabalhos tiveram grande repercussão e você acabou se tornando uma intelectual pública de relevância no Brasil, cujas pesquisas e entrevistas têm grande reverberação. Há uma grande discussão, nas Ciências Sociais, sobre qual é o papel dos e das intelectuais no debate público. Como é ser uma intelectual pública no atual contexto, com uma disputa de narrativas, no espaço público, tão acentuada? E como é ocupar esse lugar sendo mulher?**

**RPM:** É, não tem como responder essa pergunta sem falar da questão de gênero. Eu nunca tive um plano de ser intelectual pública. Sempre fui uma etnógrafa que fazia etnografia e que tinha o Facebook fechado em 2013, só com a família. Aí escrevi um post sobre os rolezinhos que viralizou. E aí minha vida mudou de uma forma absurda. Já entrei no debate sendo atacada pelo Rodrigo Constantino e pelo Reinaldo Azevedo. Em um dia ou dois já estava em um lugar público. E aí fui aprendendo essas coisas na prática. Eu passei a ser, ao mesmo tempo, uma pessoa que era etnógrafa

do consumo e também alguém que era chamada para falar dos rumos da esquerda no Brasil. Minha primeira mesa, na qual fui chamada para falar dos rumos da esquerda no Brasil, foi com o Marcos Nobre, um dos principais analistas do Brasil, talvez o que eu mais respeite, uma pessoa extraordinária, uma experiência fantástica. E de um lugar de anonimato eu, de repente, estava discutindo o futuro da esquerda com o Marcos Nobre e com uma coluna na Carta Capital, que me foi oferecida. E tudo isso em questão de dias. Então eu fui aprendendo a ocupar esse lugar, um lugar ocupado a partir do ataque. Nunca ocupei esse lugar sem um ataque. Já começou com o Rodrigo Constantino e daí foi uma sequência de ataques do MBL<sup>6</sup> até o ano passado. Não era perseguição, eu diria ataques mesmo, ataques de rede. E te coloca em um lugar, primeiro, de que você é atacada pela extrema direita de um modo terrível, de uma maneira que os homens não são atacados da mesma forma porque os atributos de uma mulher são sempre questionados, mas os desafios não são só esses. Os desafios são dentro do próprio campo acadêmico. Da própria esquerda. De ouvir uma mulher. De ouvir e aceitar esse lugar de uma mulher. E hoje vocês estão vendo que estou um pouco otimista. Mas tem uma questão de que o homem intelectual. O intelectual público, se você colocar no Google, vai aparecer a figura do Foucault. A figura de um homem de barba, careca, e ele é um 'pensador sério'. Essa é a figura do imaginário entranhado do intelectual público. Essa pessoa vai ser ouvida. Então para conquistar esse espaço de ser ouvida, às vezes a gente tem que correr mais além do senso comum. Mesmo que as pessoas digam que o que uma mulher diz é senso comum. Mas eu acho que teve algo muito poderoso, e que eu aprendi com a prática, que foi construir um lugar no debate público a partir do que eu tinha para oferecer, que é a etnografia. No início eu queria ser aquela intelectual que fala de tudo, mas faz anos que eu não faço mais isso. Hoje eu passo o dia dando contato dos meus colegas, dizendo 'olha, não falo sobre isso'. Não falo sobre gênero, por exemplo. Eu não sou uma pessoa que entende de gênero. Todo dia, por eu ser feminista, por eu ser uma ativista, a imprensa me chama para falar sobre eleição, e eleição de mulheres. Então, esse lugar de intelectual pública é um lugar de muito risco porque, se a gente é mulher, a gente vai ser julgada muito mais. Porque a mulher cai nesse lugar muito rápido. Ela pode passar por louca rapidamente, ela pode ser senso comum, repetitiva. Muitos homens falando obviedades não caem tão rápido. Então a maneira pela qual eu fui conquistando algum

<sup>6</sup> "Movimento Brasil Livre". Um movimento fundado em 2014, de caráter conservador e de direita.

espaço foi a partir do que eu tinha para dizer mesmo, a partir do que eu ensino, de movimentos sociais, das minhas disciplinas de etnografia. Eu não falo mais do que eu não sei. Porque essa é uma tentação muito comum dos intelectuais públicos de falar qualquer bobagem e de responder sobre qualquer processo, e isso é uma coisa que eu não faço faz tempo, porque como mulher se é cobrada três vezes mais. Por outro lado, apesar de vivenciar um machismo absurdo e dentro da própria esquerda, dentro da própria academia, aquela coisa suave de '*intellectual like*'. As pessoas me chamam de tudo, dizem que eu sou empreendedora acadêmica. Então tem essa deslegitimação. Mas, por outro lado, eu sou muito ouvida. E eu acho importante lembrar disso. Principalmente mulheres. Se escrevo uma coluna hoje, ela vai ser lida por 100 mil pessoas, é o mais comum. Isso é muita coisa. Pensando em uma coluna normal, que não 'viralizou'. Um milhão, dois milhões é quando se fala para muita gente. E aí, tem algo que é o poder da palavra, o poder da etnografia, que é isso de você escutar pessoas, estar atenta a processos e trazer coisas. Eu acredito no meu trabalho. Eu acredito na escuta. Acredito na pesquisa acadêmica séria e sistemática. E aí é isso, se você traz coisas que informam...tem um mundo sedento por esse tipo de informação e tem muito no debate público para ser qualificado, para a gente qualificar. Eu não aceito essa ideia de que brasileiro não gosta de ler. Minhas colunas sempre foram lidas por uma média de 10 minutos por 100 mil, 200 mil, 300 mil, até 1 milhão de pessoas e que buscavam algo na minha coluna que eu tento trazer aqui, que é a nuance. Olha, o mundo é mais complexo no andar de baixo, as pessoas são contraditórias, nós somos mais contraditórios, e trabalhar com essa contradição e trazer algo para além de uma visão distanciada dos processos. E tem muito lugar ainda para nós todos conquistarmos e aprendermos. E acho que a grande lição foi isso, sempre falar de um lugar onde eu tenho que falar; falar quando tenho que falar, não cair na sedução de ficar ocupando esses lugares, de aceitar tudo que é *live*, etc. E, ao mesmo tempo, de ocupar espaços, de trazer o conhecimento mais nuançado e complexo para o grande público, porque existe um público sedento por esse tipo de informação. É um dever nosso hoje, principalmente com quem lida com esses temas, é vir a público. Claro que hoje a situação é um pouco diferente. Várias coisas que escrevo acabam se tornando públicas. E acho que tem espaço para todo mundo. E vejo isso, pessoas das novas gerações escrevendo nas redes, escrevendo para blogs, para jornais e vejo que está mudando muito. Porque na minha geração os professores

Internacionalismo como tema e como projeto de vida

me diziam, eles tinham orgulho de dizer, que jamais davam entrevistas porque era medíocre ter seu pensamento reproduzido.

**E ocupando esse espaço publicamente, há tensionamento dentro da academia? Ou já é um debate superado essa divisão entre ser reconhecido pelos pares ou ter influência na esfera pública, para além das universidades?**

**RPM:** Eu acho que tem muito ainda. Acho que nós estamos em uma fase de transição ainda muito específica. Eu sou uma pessoa jovem e que estava estudando faz poucos anos. E ouvi isso em sala de aula, que não era pureza você aparecer na mídia. Quando eu fiz concurso no Brasil e fora do Brasil eu sempre escondi a minha questão pública no currículo. Eu jogo com o que há de tradicional no meu currículo. Ainda vejo muito disso, mas acho que está mudando porque nós temos uma geração de intelectuais públicos que ocuparam as redes. E isso é novo. Não tem dez anos, porque esse tipo de debate foi em um processo de dez anos para cá, com esse impacto que tem. Porque antes se tinha televisão, jornal, mas essa coisa de se ter a voz amplificada nesse nível é uma questão de dez anos para cá. Nós temos uma geração que nem sabe como ser diferente. Que cresce usando o Facebook e que vê suas referências lá e que nem vai entender essa coisa do *ethos* do campo de revirar os olhos para quem aparece na mídia. Mas acho que ainda tem muito isso e penso que a maneira mais perversa de se mostrar isso é por apelidos. E é tudo muito sutil, risadinha... é assim que o preconceito se forma no próprio campo e assim que a gente vai formando a subjetividade sobre o que é ser uma pessoa inteligente. Precisa dessa piadinha. Precisa dizer que 'não gosto da Rosana Pinheiro-Machado porque ela é pop', como que para afirmar que é puro, sofisticado, porque eu não gosto dessa coisa pop. E isso é muito do campo. E que está mudando demais. Acho que é uma questão dos tempos. Também tenho visto, cada vez mais, as pessoas que reviram os olhos, quando tem a primeira oportunidade para aparecer, para se colocar, para ir às mídias, vão. Então tem muita gente que fala mal, mas quando tem oportunidade vai lá e fala. Isso eu acho que essa geração nova vai romper e acho que está rompendo. Porque tem muita gente que se constitui como um pensador e intelectual nas redes, no Twitter, discutindo... acho que isso é realmente uma questão dos tempos. Isso não quer dizer que o *ethos* do campo vá mudar, mas especificamente quanto a isso, esse lugar de se tornar público é cada vez mais esperado. Claro, o problema é que sempre vai ter

Internacionalismo como tema e como projeto de vida

limites disso, se for muito famoso, daí você é pop, já não dá. Mas cada vez mais esse lugar do público vai ser e já é um lugar natural. Vejo pela quantidade de estudantes que me procuram. Milhares de estudantes. E isso é um movimento de geração, que não compactua com outro modelo.

**Mudando um pouco o tema, entrando mais na questão política, a crise de 2008 acabou sendo um marco para a contestar as ideias de mercado, Estado e democracia. No Brasil, isso meio que culminou em 2013, foi um certo estopim para manifestações de rua que levaram milhares às ruas e que naquela época uma das pautas era o acesso a serviços públicos: saúde, educação, transporte, apesar de todo o processo de inclusão que tinha acontecido nos anos anteriores e que até hoje há uma grande discussão sobre o que foi, o que significa, 2013, e que você até participa um pouco desse debate. Apesar desse debate e dos protestos que ganharam corpo tanto à direita quanto à esquerda, acabamos elegendo um presidente que se notabiliza por promover a destruição do aparato institucional que seria responsável por dar essas demandas todas reivindicadas que começou em 2013. Se pensarmos que estamos em um tipo de “guerra cultural”, não sei também se você concorda com esse termo ou não, como nos situar nesse campo de disputa, sendo que o foco é a destruição dessas políticas públicas e dos limites institucionais? Talvez, usando um termo utilizado por você, o “ódio” ainda se impõe sobre “esperança”, como você vê isso?**

**RPM:** Nossa, que pergunta difícil nesse momento. Eu tenho pensado muito e esse é um momento muito infértil de esperança e de como a gente encontra saídas para esse momento atual. Não sei se concordo, não tenho conhecimento suficiente para dizer se concordo ou não com o termo “guerra cultural”, mas estamos em um processo de antagonismo, que por um lado você tem o modelo patriarcal, branco, de forma estereotipada inclusive, com hegemonia, com supremacia branca e mais do que misógina. Nós temos uma extrema direita que reivindica no mundo uma supremacia masculina, masculinista, é muito mais do que misoginia. É um processo que eu diria quase distópico de perceber a mulher, e por outro lado, nós temos um mundo, que é esse mundo pós 2013, mas no mundo pós-2011, em geral, que é também a emergência de novíssimos movimentos sociais, que é uma explosão de movimentos e de subjetividades. Penso ainda também que a gente tem muita dificuldade de perceber o quanto o Brasil mudou porque

são gerações muito jovens ainda, mas se a gente for olhar o processo de politização, quando eu fui estudar Ciências Sociais era muito diferente do que é hoje. As pessoas eram completamente apáticas. Não era uma discussão política, meus professores não se envolviam em política, ninguém se envolvia com política. Hoje a gente tem um processo em que todos nós estamos imbricados. E a gente teve uma explosão de novos movimentos, de novos movimentos negros, ainda que o movimento negro e feminista sejam muito antigos, de novos movimentos que atingem a capilaridade do projeto, da nação. Em cada lugar do Brasil você tem uma feminista, uma feminista negra, no sertão e na periferia. Então isso é um processo inédito de transformação. E esse é um projeto que veio para ficar. Penso que o grande desafio é dar força e segurança para esses movimentos. Estou trabalhando agora num projeto amplo de, por exemplo, pensar em como dar segurança para as mulheres nos protestos. Mas penso que esse papel das mulheres no “Ele Não”<sup>7</sup>, no protagonismo das mulheres negras nas ocupações secundaristas, é o lugar onde o Brasil expressa sua contrariedade a esse projeto autoritário, violento, assassino, genocida. E que a gente vive este mundo em que de um lado temos apoiadores nostálgicos de um Brasil que nunca existiu, e por outro lado essa efervescência absurda de movimentos de esperança, como chama a Ana Cecília Dinerstein, que escreve sobre organizar a esperança. E é um pouco disso, de como a gente vai renovar nossa esperança para vencer esse ódio. E como é importante para nós estudantes, intelectuais, estar junto dos movimentos e construir a nossa luta, em qualquer esfera, então a maneira como eu me encontro hoje, desde aqui, evidentemente pelas redes, falando com estudantes, mas como que a gente precisa resistir estando com pessoas do nosso lado, porque no coletivo a gente é capaz de romper com esse sentimento de alienação, que piorou durante a pandemia, que nos isolou fisicamente. Mas penso que hoje o desafio do Brasil dos próximos anos é que a gente consiga... falamos em frente ampla, mas sabemos que é muito difícil conseguir vencer, e tem um caminho grande pela frente. Transformar esse Brasil que luta em um projeto de acordo, no Brasil, para que a gente saia disso. A gente continua vendo candidatos que não desistem da sua candidatura em prol de uma candidatura que está na frente; a gente continua vendo o *modus operandi* de eleição como sempre foi. Na esquerda, o campo progressista, ainda muito pouco atuante nas redes sociais,

<sup>7</sup> Movimento organizado por grupos de mulheres durante as eleições de 2018, contrário à candidatura de Jair Bolsonaro e em defesa das pautas feministas e dos direitos das mulheres.

Internacionalismo como tema e como projeto de vida

atuando de uma maneira muito pragmática. Atuando não como um ecossistema, mas atuando como um meio de promoção. Quer dizer, eu te dou lá e você vota em mim, mas não como a criação de um ecossistema. Nós estamos ainda muito aquém do que a gente precisa. Então, por um lado eu acho que a gente tem toda uma força dos movimentos sociais, mas que a gente precisa transformar isso num projeto político que vença o autoritarismo. Nós temos dois anos e avançamos muito poucos passos em direção a isso.

**Na obra “Amanhã Vai Ser Maior”, publicada em 2019, você apresenta uma série de textos produzidos a partir de 2013 nos quais se observa o protagonismo de grupos feministas, antirracistas e LGBTQI+s, hoje atacados pelo bolsonarismo. Há claramente um vetor progressista nestas pautas e que reage com o tradicionalismo da religião, da família e propriedade. De que forma a questão da identidade pode ser uma amálgama para uma democracia mais horizontal e quais são os desafios postos para uma atuação conjunta no âmbito destas subjetividades?**

**RPM:** Acho que os movimentos de identidade precisam conseguir mostrar que os identitários são quem tem um projeto supremacista branco. Que os identitários são aqueles que estão reivindicando um projeto de poder branco e masculinista. Esse sim é um projeto identitário. E que as pautas identitárias, na verdade, são pautas transversais que pensam uma democracia que consiga falar para todos os grupos. E a gente tem aí os avanços de uma sociedade com as universidades, com cotas e com tantas coisas que tivemos nos últimos tempos. Por outro lado, precisamos conseguir criar canais de diálogo entre pautas identitárias e ir constituindo redes. Aliar o desafio como a gente alia a pauta feminista com grandes visões e projetos nacionais de um pacto pela democracia e pensar em grandes questões. Aí penso que um bom exemplo para isso, e como essas coisas se unem dentro de um projeto democrático, se dá, por exemplo, quando a gente discute a renda mínima, a renda básica, que é um plano que reorienta um projeto nacional, plano emergencial, feito pela sociedade civil, que transforma o Brasil profundamente. Assim como foi o Bolsa Família. Mas que também se consegue fazer esse debate a partir da pauta do movimento negro, a partir da Coalizão Negra por Direitos, a partir da violência doméstica sofrida por mulheres negras e, ao mesmo tempo, trazendo um projeto universal e talvez visionário no mundo todo, da sociedade civil, da união de mais de 160 instituições. Então o

modelo a ser seguido hoje, pensando nos limites e no avanço, entre essa combinação de pautas identitárias e pautas universalistas, penso que o modelo que a gente tem para olhar é o modelo da renda básica e de construção desse processo que são um dos casos de sucesso mais importantes do Brasil dos últimos tempos, em que se consegue endereçar as questões identitárias, a importância disso, sem deixar a importância e centralidade do que é ser uma mulher negra no Brasil. Ao mesmo tempo é conseguir falar de um projeto, para todo cidadão brasileiro, e entregar um plano emergencial para essa crise.

**Mas para a gente fazer uma refundação dessa ideia de cidadania, porque tudo isso passa pela amálgama da ideia de cidadania, é necessário a gente refundar a ideia de nação? Como que a gente lida com essas duas dimensões: a ideia de cidadania e a ideia de nação ao mesmo tempo? Parece que o bolsonarismo se apropriou muito da ideia de nação, de nacionalismo, aliás, não é?**

**RPM:** É uma pergunta ótima. Quero responder isso sem cair na ideia de democracia racial. Primeiro concordando com você de que o bolsonarismo se apropria de uma visão específica de nação e que é uma versão colonizadora, a partir do colonizado. E que isso acaba sendo fundante porque a gente tem um projeto de nação que é fundado na cisão entre modernidade e atraso. E tudo que é atrasado é negro, é vagabundo, vadio e basicamente é toda força trabalhadora brasileira negra. E que modernidade ela é branca, europeia e isso atravessa o Brasil ao longo de três séculos e isso está entranhado no Brasil como em qualquer outro lugar. Um país segregado no nível da intimidade. As pessoas quando pensam na ideia do brasileiro, do brasileiro moderno – na perspectiva moderna branca, do shopping center, etc. – e que se vê como europeu. Isso sempre foi crítico no Brasil. Eu estudei camelô a vida toda. A população nunca se solidarizou com o camelô apanhando da polícia e sendo morto pela polícia. Aí eu vou voltar para a cidadania. Se você tem uma ideia de nação que parte de uma cisão entre modernidade e marginalidade, esse marginal não é humano. Então tanto faz se ele morrer, se ele for assassinado. Não tem cidadania dentro desse projeto de nação, que é um projeto de cisão entre modernidade e marginalidade. Sendo que marginalidade é todo resto do Brasil. É uma população que odeia sua própria população. Que odeia a si própria. O Bolsonaro vem afirmando pela primeira vez esse projeto. Entre todos os governos que tivemos, houve poucos governos que conseguiram pensar um



novo modelo de nação, inspirados, por exemplo, em Darcy Ribeiro, nesses grandes pesquisadores, que pensaram o Brasil, como Lélia Gonzalez e tantos outros que pensaram nessas questões – em um Brasil criativo, misturado, dentro de uma positividade. E hoje a gente tem um presidente que afirma isso, como se nunca afirmou; tem a noção do vagabundo como central num projeto político, que legitima a sua morte. Não tem como fundar uma ideia de cidadania sem refundar uma ideia de nação enquanto uma nação plural e repensar nosso critério de marginalidade, que é figura do marginal e do vagabundo, que são figuras históricas, que em última instância só vê a população pobre e negra na condição de não-humano, não cidadão. E esses grupos estão cravando sua própria cidadania e isso tem um custo muito alto. Porque quando você tem as empregadas domésticas dizendo, 'eu vou usar esse *Ray-Ban* porque eu estou me achando gostosa', como dizem minhas interlocutoras, ou 'eu comprei isso, eu abri uma conta no banco porque minha filha vai estudar'. O ódio, o recalque disso, não é sociologia barata. E a gente paga um preço muito alto por isso socialmente. Nós temos uma população que está empurrando isso, mas isso precisa entrar em um projeto de nação, que mude a visão como o Brasil se vê. Eu diria que esse é talvez o maior projeto da minha vida, como intelectual. Eu gostaria de nos últimos anos da minha aposentadoria escrever sobre o papel do Darcy Ribeiro, por exemplo, em repensar a ideia de Brasil. Me fascina muito esse tema da cisão e de como isso está profundamente entranhado no nosso imaginário. Porque está no imaginário, no inconsciente das pessoas e de um país que odeia a si próprio. Eu queria isso. Como a gente transforma o popular, o marginal no centro do projeto de uma nova modernidade. Uma modernidade híbrida, colorida, criativa.

**Sabemos que os fenômenos que ocorrem nos países da América Latina costumam antecipar fatos políticos entre os vizinhos. Em que pese as diferenças, o fim da “onda rosa” na América Latina culminou na chegada ao poder de diferentes perfis como Mario Abdo Benítez, de direita, no Paraguai, passando por Luis Alberto Lacalle Pou, como representante de centro-direita no Uruguai, até um autoritário, como Jair Bolsonaro, no Brasil. Considerando os fatos mais recentes, de que forma os casos da Bolívia, que se recupera democraticamente de um golpe de Estado, e do Chile, que aprovou a edição de uma nova constituição após derrubar uma herança da experiência neoliberal, podem inspirar o Brasil no amadurecimento da participação e na construção de saídas plurais**

## **e democráticas à crise política? E como a derrota do Trump entra nesse cenário?**

**RPM:** Hoje nós estamos, como sempre, em um momento muito isolado da América Latina. Então, o que acontece na América Latina acaba influenciando muito mais em termos de movimentos sociais e de produção de novos movimentos, como na Argentina e no Chile, do que necessariamente como projetos políticos de diferentes eleições. Por que eu estou falando isso? Porque eu penso que nós estamos em um momento em que essa onda da América Latina, tanto de eleições progressistas, que caracterizam os anos 1990 e 2000, e um certo progressismo da onda rosa, a chamada *pink tide*, é um momento que acabou. Mas o mundo hoje vem de outras ondas. A formulação política de cada país não necessariamente vem de uma onda latinoamericana. O que eu quero dizer é que a América Latina ainda tem, neste momento, poder de influenciar os movimentos. Tem muita conexão com movimento social, seja camponês ou feminista. Mas a onda dos governos... nós estamos em momentos muito díspares para ter uma retomada de governos progressistas, mas de ter, ao mesmo tempo, o WhatsApp atuando em níveis absurdos na Colômbia, na Bolívia e no Uruguai, o WhatsApp da direita. Então é muito difícil falar em qualquer onda para a América Latina sendo que o mundo do WhatsApp, por exemplo, que é um mundo que eu acompanho, a partir, por exemplo, do WhatsApp bolsonarista, que é muito parecido. Nós temos ondas na Bolívia, na Colômbia, no Uruguai, de extrema direita, e até em Cuba, de grandes financiamentos de igreja. Em Cuba, por exemplo, você tem isso, o que fará com que a gente tenha muitas ondas de direitas em muitos países, e retomadas de projetos progressistas. Então, eu não consigo ver um padrão. E aí talvez a minha incapacidade como antropóloga de responder isso... mas olhando hoje pela perspectiva de como as redes impactam as eleições, eu penso que nós vamos ter processos muito divergentes de direita-esquerda na América Latina. É claro que a derrota de Trump tem um impacto, assim como a vitória teve no impulsionamento de Bolsonaro em 2016. Ela [a derrota] vai ter um impacto simbólico muito grande no bolsonarismo. Mas o contexto é tão fugaz, tem mudado tão rápido no cenário de pandemia, que é muito difícil hoje alguém que vai dizer, afirmar, que a perda da eleição de Trump vai impactar a eleição de Bolsonaro em 2022. Eu diria que é impossível afirmar isso porque o mundo do WhatsApp continua absurdamente ativo em níveis que a gente não consegue nem imaginar. São milhares, milhões de mensagens sendo patrocinadas, vindo de tudo que é lugar. E por

Internacionalismo como tema e como projeto de vida

outro lado nós temos aí exemplos como Manuela D'Ávila, em Porto Alegre, Boulos... conseguindo aprender a lidar com isso, fazer respostas e vencer esse modelo. O que eu quero dizer com isso é que eu acho impossível a gente ter uma previsão de qualquer onda progressista ou de extrema-direita em termos de América Latina, apesar de as lutas serem sempre muito conectadas, ou mesmo do Trump, porque o cenário é muito fluído e muito marcado por antagonismos. Então a possibilidade que eu vejo, e tenho dito, para América Latina, é que a gente vai ter uma onda de 20 anos de direita-esquerda em batalhas específicas, muito mais do que uma onda de esquerda, como se agora estivéssemos retomando uma onda progressista. Penso que, nacionalmente, de diferentes formas, ainda que haja importantes influências de diferentes projetos, nós vamos ver muitas disparidades no âmbito da América Latina entre direita-esquerda porque estamos no meio desse processo marcado pelo antagonismo.

**Em 2016 um texto seu na Carta Capital obteve amplo alcance e provocou debate entre estudantes universitários a respeito da saúde mental e das desigualdades na academia. Já em 2019, em um outro texto, agora no *The Intercept Brasil*, você fala sobre o agravamento dessa situação no Brasil, graças ao contexto político do país. Há uma tensão evidente entre o processo de expansão vivido pelas universidades brasileiras a partir dos anos 2000 – que diversificou os grupos sociais que acessaram o ensino superior, e o atual momento de corte de gastos e interferência política por parte do governo federal. Como isso afeta essas novas gerações e o trabalho acadêmico no Brasil?**

**RPM:** A expansão do ensino superior criou um problema. Um problema bom. A gente ampliou uma estrutura que é aristocrática marcada por um *ethos* acadêmico aristocrático, branco, um *ethos* do campo mesmo no sentido bourdiano – marcado por poder, prestígio e um certo *habitus* específico, que é aristocrático por centenas de anos. E você tem uma política que inclui populações negras e pobres nesse sistema aristocrático e que se amplia também em termos quantitativos. Ao mesmo tempo você tem uma universidade que não está preparada epistemologicamente para receber esses grupos e isso acontece num momento de cortes universitários em níveis globais, no momento de neoliberalização da academia. Porque eu estou falando isso? Porque eu penso que tem um encontro diacrônico e sincrônico entre um *ethos*, que se perpetua, um *ethos* aristocrático, com seu próprio modelo, da

reprodução de calhordas. Tem uma autora que eu gosto que fala muito disso, da humilhação e da reprodução de calhordas, da micro humilhação e do quanto isso é legitimado por dezenas de anos dentro das universidades, pois foram criadas dentro de um sistema medieval, murado, cercado. Por outro lado, você tem um sistema que é restrito e, por outro lado, você tem um efeito sincrônico que é o liberalismo no mundo todo pedindo mais e oferecendo menos. Cortando, mas pedindo mais. Mais artigos para doutorando, mestrando. Até pouco tempo atrás, quando eu fiz, imagina se iam pedir artigo para doutorando, mestrando. Ou que alguém para entrar no mestrado ou doutorado precisaria ter um artigo publicado. Isso não existia. Hoje você tem que ter dois artigos para qualificar dependendo de onde estiver. Quer dizer, você tem menos tempo para fazer tese e te pedem mais coisas além da tese. Então a gente tem esse sistema neoliberal com cortes de bolsas, corte de investimento e, ao mesmo tempo, uma multidão que entra na universidade e encontra um sistema muito precarizado, sob o ponto de vista da política econômica e que é hostil com a diferença. Isso é o que eu chamo de uma bomba relógio. Esse sistema é uma bomba relógio na saúde mental dos estudantes. É uma universidade que não se abre na sua estrutura de dominação apesar de ter oferecido acesso. Essa estrutura de dominação do campo, no sentido bourdiano, se mantém. E você tem uma universidade que corta tudo nos últimos anos. Então você tem uma onda de esperança que joga as pessoas na universidade e depois, não só os cotistas, mas todos os estudantes; eu por exemplo fiz sanduíche, tive bolsa de doutorado. Na minha turma de doutorado a gente dizia: "Onde você vai fazer seu sanduíche?". Era uma pergunta que a gente fazia para todo mundo. E depois você tem uma geração que acabou tudo. Até as aulas presenciais, se for pensar hoje. Então isso é devastador. Por outro lado, acho melhor a gente lembrar dos números, pelo menos do que a gente tem disponível a depressão no meio acadêmico é parecida no mundo todo, mesmo na Noruega, que tem um sistema, em tese, que é muito bom e funciona. Esses números todos muito parecidos demonstram que essa fusão entre neoliberalismo, cobrança, com um *ethos* acadêmico, que não muda, é uma bomba relógio em todos os países. Mas é interessante que 50% dos estudantes do mundo todo estão com algum tipo de sofrimento mental e 33% dos estudantes em todos os países, com pouquíssima variação, com depressão. Essas depressões não são depressões do neoliberalismo. As pessoas dizem que não existe depressão acadêmica, não existe sofrimento acadêmico, existe sofrimento no neoliberalismo. Não é

verdade. A profissão acadêmica é uma das mais propensas à depressão. Aí é importante voltar para o ponto da extensão e ensino, porque segundo os dados que a gente tem no exterior, tem talvez 30% de homem branco com depressão. Eu estou chutando mais ou menos por cima, porque eu não estou com os dados aqui, mas o homem branco dá 27%, na questão de saúde mental. A mulher 50%, pessoas transgênero, 56%. São números muito claros que mostram que esse sofrimento tem um rosto específico, ele tem uma cor, tem um corpo específico também. Também está mudando isso, e eu quero voltar para a pergunta, sobre o indivíduo e a estrutura. A gente não consegue ter uma mudança de estrutura hoje. Essa pergunta que todo mundo me faz. Como mudar o sistema? Como faz? Isso é um exemplo que eu tenho visto mudar de baixo para cima mesmo, porque hoje em dia tem movimento de estudantes nas universidades que dão basta para assédio moral, sexual, que não tem paciência para esse mundo de humilhações e que não têm paciência para assédio moral e que vem desse movimento de rede mesmo, debater essa depressão, de autoajuda. Esse é um movimento puramente de baixo para cima, porque de cima vem muito pouco. E pressionam as instituições e as instituições estão respondendo, muito aos poucos, mas estão. A gente vê. Em uma universidade federal do Centro-Oeste demitiram o professor que assediou. Quando é que um professor de federal ia ser demitido por assédio? Mas a gente está mudando. A força de baixo para cima está mudando as instituições, as universidades estão sendo obrigadas a responder para questões de saúde mental. Acho que aí é um bom exemplo de pensar em um movimento de baixo para cima mesmo e que vem da mudança dos indivíduos. A gente tem uma mudança, que partiu do debate público, de falar de sofrimento. As pessoas eram consideradas fracas. Você tem que segurar o tranco. É assim que as pessoas falam: "você tem que segurar o tranco se você está na academia". Se você está cansado é porque você não é bom o suficiente para isso. E hoje ainda tem muita gente que fala isso. Ainda é um *mainstream*. Tem muito professor que diz isso. Mas assim, você pega um professor que diz isso e você pega três feministas, aí acabou para ele. Não acabou, mas ele vai ter uma dor de cabeça. Não vai falar mais essas barbaridades de qualquer jeito.

**Está obrigando, também, quem está estabelecido a repensar sua posição, sua postura.**

Internacionalismo como tema e como projeto de vida

**RPM:** Tenho ouvido isso: “Agora não posso mais. Tenho medo do que eu digo”. Eu penso, ‘que bom, meu filho! Que bom que você está repensando o que fala em sala de aula.’

**Você falou que há uma similaridade na questão da saúde mental na academia em todo o mundo. Estando em uma universidade europeia, você percebe alguma diferença de percepção e aceitação do discurso e do debate sobre saúde mental em relação ao Brasil?**

**RPM:** Sim, aqui o debate tanto da deficiência quanto da saúde mental são prioridade. Departamentos inteiros, toda Europa – eu estou falando do Reino Unido –, todos os estudantes iam para o *counselling* que tem uma estrutura universitária para dar suporte mesmo. Todos os alunos participavam do *counselling* que são grupos formados por pessoas que vieram de depressão, alunos, que falavam em pequenos grupos – e isso é institucionalizado – para conversar com estudantes que estão escrevendo tese angustiados. Isso fazia com que os estudantes nem procurassem mais ajuda do terapeuta porque só de ele ver que outros já passaram e todo mundo passando por isso, a pessoa de alguma maneira já alivia o *burden*, já alivia o peso. Porque a gente, nesse sistema neoliberal, individualista, ou mesmo acadêmico, do mito da genialidade, a gente individualiza, tem vergonha. Quando a gente vê que está todo mundo na mesma situação, isso ajuda demais. Eu acho que essa foi a grande coisa do curso de escrita acadêmica que eu organizei. É todo mundo dizendo “olha, tamo fodido, cara”, e as pessoas se reconhecendo. Porque se você for pensar as aulas do curso de escrita acadêmica, elas são muito normais. São aulas curtinhas, com bons professores, mas se você for pensar o efeito do curso é todo mundo ver que está enfrentando imensas dificuldades. Mas aí você vai ver junto que está todo mundo na mesma e desindividualiza o problema. E isso é totalmente legitimado no Reino Unido. O sistema de *counselling* e terapia é institucionalizado. A gente está tão acostumado que quando tem uma entrega de prova a gente já sabe que 30%, já está dentro da minha cabeça, que essa porcentagem não vai entregar porque vai ter problema de saúde mental. A gente só encaminha para o sistema e já consegue todo o processo de prazo. Já está adaptado para as pessoas com problema de sofrimento mental. E isso é 50% da turma. No Brasil, são os mesmos números. De novo, repito, nós temos nos programas de pós-graduação todo mundo sofrendo. Só que ainda, os Programas, muitas vezes, fazem assédio moral com os estudantes

Internacionalismo como tema e como projeto de vida

porque têm que cumprir prazos com a CAPES. E a CAPES não está preparada para isso. Aqui no Reino Unido o sistema está todo adaptado. O estudante nem precisa falar, ele só clica lá [em espaço específico de acesso do aluno] para dizer que está com problema de saúde mental e ele já ganhou o prazo automático. A universidade já está toda preparada para isso. Mas também é muito doido porque a gente está enxugando gelo. A universidade oferece ioga, '*mindfulness* não sei o que', daí põe a musiquinha... daí você faz ioga, põe musiquinha para dormir. Daí a gente está assim, em uma - eu não gosto dessa expressão porque já fui corrigida por um epidemiologista, a gente fala entre aspas, mas em uma 'epidemia de depressão' e a gente está oferecendo apps de meditação e terapia. Mas a gente está enxugando gelo porque o problema é o sistema.

**Somos críticos ao neoliberalismo e é como se introjetássemos mais do que todas as profissões essa lógica do “eu empresa de mim mesmo”, porque você só depende de você. Fica atômico e às vezes sem conexão com outras pesquisas. Até dentro de um grupo de pesquisa, mas sem uma amálgama. A sensação de solidão aumenta muito quando você não tem essa estrutura de coesão para compartilhar mais a experiência de estar na pós-graduação.**

**RPM:** Totalmente, a questão da coesão também faz parte dos movimentos antibolsonaro, pelo menos nas universidades que eu passei. Esse mundo pós-2013 mudou muito também. As pessoas vão fazendo coletivos e quem está nos coletivos encontra lugar de subjetividade política e de repensar o próprio modelo acadêmico. A lógica de todo mundo entrar no Lattes de todo mundo e essa lógica da competição... é todo mundo de esquerda até abrir o Lattes do colega. É uma lógica muito perversa como a lógica neoliberal está incorporada no *ethos* acadêmico.

**Recentemente você organizou um curso sobre escrita acadêmica na plataforma do YouTube. A iniciativa tem como objetivo auxiliar estudantes que podem encontrar dificuldades no momento de desenvolver seus textos e, até certo ponto, amenizar parte das suas angústias. Esse compartilhamento sobre o fazer acadêmico pode ser uma maneira de fortalecer a inserção profissional e acadêmica dessas novas gerações? Você consegue vislumbrar outras ações nesse sentido, que podem contribuir para amortecer as dificuldades do momento em que vivemos?**

**RPM:** Eu acredito muito. Eu acho que uma das coisas mais bacanas da minha vida profissional foi a criação desse curso. E porque é um sucesso absoluto se vocês lerem os comentários, é o único canal do YouTube só tem comentários positivos e não tem *haters*. Vários comentários de bolsonaristas... eu não sei se tinha bolsominion fazendo, mas tinha aluno que votou nele fazendo. Não tinha bolsominion declarado, mas tinha aquele aluno de uma universidade privada, que ele é motorista de Uber, e ele tem que fazer o TCC de graduação em marketing no Senac, e que possivelmente votou no Bolsonaro. Tinha muito desse aluno, mas também tinha muito doutorando da USP – todos os doutorandos da USP, que eu saiba, de Ciências Humanas, estavam fazendo o curso. Então é muito bacana ver que o curso teve uma capilaridade grande no ambiente acadêmico e vai ficar para sempre. Penso que ele teve uma importância muito grande nesse momento terapêutico, mas como tudo que a gente vem fazendo no meio acadêmico desde 2013, ele vem como um movimento, ele se encaixa dentro de um movimento maior que aí você tem a ANPG<sup>8</sup>, os coletivos feministas, negros, e dessa onda por um mundo acadêmico mais justo. O curso multiplicou ações. Eu posso contar fácil dezenas de professores que foram para o YouTube imediatamente depois do curso. Isso é fantástico! O curso de escrita acadêmica que os departamentos começaram a oferecer por causa do curso, foram dezenas, eu estou falando de dezenas mesmo. Então, essas iniciativas, eu acho triste que elas tenham que acontecer no YouTube. Eu moro em um país em que isso é institucional. Um país rico – rico porque explorou, imperialista, sabemos. Mas é triste que isso tenha que acontecer para um grupo de professores que foi para o YouTube – não tinha que ir para uma plataforma como o YouTube, monetizado. Tinha que ser institucionalizado. Mas também penso que no Brasil, nesse governo, a gente só vai ter isso, isso vai forçando e vai fazendo uma onda de propagação e muitas pessoas estão abrindo cursos de escrita e metodologia. Assim, a vergonha que a gente deixou alguns professores e departamentos. “Cara, você não ensina seus estudantes a escreverem, né?”. E muita gente ficou com vergonha do espelho batendo na sua porta, dos estudantes de doutorado da USP irem para o YouTube aprender a escrever academicamente. Isso tem um papel terapêutico, mas também pedagógico e também acho que para esses novos grupos, penso que tem uma linguagem muito acessível para quem está na universidade e entra em instituições de ensino superior mais

<sup>8</sup> Associação Nacional de Pós-graduandos.



Internacionalismo como tema e como projeto de vida

mercantilizadas. E que vão encontrar lá também algo que é importante de falarmos que é uma paixão pela vida acadêmica. Esse é um curso de amor à vida acadêmica porque a gente fala que é possível, que apesar de tudo a gente gosta, que a gente tem que encontrar tesão na coisa toda. É por isso que a gente está aqui até agora conversando, nós todos. Então, o curso também tem esse papel, por um lado, pedagógico e terapêutico, e de multiplicador, sem dúvida. Tem agora iniciativas de tudo que é lado, imediatamente. Primeiro dia eu até fiquei mordida quando eu vi todo mundo copiando o curso. Depois eu falei, "ah, Rosana, seja uma pessoa adulta, é maravilhoso que as pessoas estejam fazendo isso". E é isso, é maravilhoso, está aí para a vida. Ficou ali o bebê.

**Você já teve diferentes experiências em universidades brasileiras e estrangeiras. Olhando comparativamente, estando você hoje em uma universidade estrangeira, além das dificuldades conjunturais que a universidade brasileira vem passando, como financiamento e ataque político, quais são as dificuldades e limitações estruturais que você vê nas universidades brasileiras? Enquanto estrutura e modelo? E quais são as nossas potencialidades? Você está em um país que tem um modelo de universidade muito diferente, de financiamento, organização. Estando fora do país, como você vê a universidade brasileira, como ela funciona, as pessoas, etc.?**

**RPM:** Essa é uma pergunta muito ampla e que exigiria muito de mim, então eu vou tentar responder sob algumas perspectivas específicas, porque a minha visão da universidade brasileira é um pouco romântica e não romântica. É romântica no sentido de que penso que nós temos os alunos mais criativos do mundo, e é um pouco romântico o que eu estou dizendo, estereotipado, mas tenho certeza de que temos. Mas é porque o sistema é mais flexível. O sistema aqui é muito rígido. Ele oferece muito, mas é um sistema muito rígido. Eu jamais teria feito meu doutorado, que é um doutorado bem-sucedido, ganhou todos os prêmios possíveis, nacionais, jamais teria feito meu doutorado aqui no exterior. Porque eu fui seguindo, fazendo, cavando, num espaço de criatividade que é um pouco o nosso caos, mas que nos permite esse espaço de criatividade. E eu acho que os alunos brasileiros eles leem muito mais, porque como não entrou nesse sistema tão rígido das caixinhas, a universidade brasileira resiste a isso. O estudante brasileiro é o estudante que mais lê no mundo, disparado. Eu estou falando tudo em ciências humanas. Isso não serve para as ciências exatas. Nós temos um estudante que é muito mais sofisticado

teoricamente, lê muito mais. Um aluno de graduação hoje nunca leu um texto do Foucault nas Ciências Sociais por aqui. Hoje, são poucos os que leram. Porque é um sistema tão “para o consumidor”, mesmo em Oxford... todas as universidades, tem tanta regra para como você vai dar aula que isso engessa um pouco. Por outro lado, você ainda tem no Brasil um sistema que é muito mais flexível, que os estudantes leem muito mais e que são mais criativos na hora de fazerem trabalho de campo. As vezes por questão negativa né, por falta de algumas regras inclusive éticas de como conduzir a pesquisa. A minha pesquisa não passaria por nenhum comitê de ética, o que não é bom. Porque eu quase morri. Sobrevivi do assalto por sorte. Mas eu acho que nós temos um sistema mais criativo, com estudantes que leem muito mais. Eu acho que nós estamos muito a frente num processo de descolonização do ensino, apesar de tudo, porque hoje assim, aqui, eu trouxe um capítulo do Akala, que é um *hip hoper*, e os alunos acharam uma coisa revolucionária, assim, “nossa, nós vamos ler autores negros”, uma coisa “uau”. No Brasil, apesar da universidade ser ainda muito branca, aristocrática, temos algumas mudanças desde os movimentos de 2013, tem tantos coletivos nas universidades, tem tanta política dentro da universidade, dos alunos, que essa discussão sobre epistemologias negras, epistemicídio, está muito mais forte no Brasil. A gente está muito à frente no processo que, inclusive, é tendência global de pensar a descolonização dos currículos. Então esse é o ponto positivo. O outro lado é que a gente tem um sistema que é muito baseado no ideal, nas ciências humanas, da genialidade, muito pouco institucional, e aí eu acho gravíssimo o fato de que a gente não institui nem uma política clara em nível nacional de saúde global, e que a gente não tem plano pedagógico – e para mim é o mais grave – no Brasil, plano didático. Então isso é gravíssimo. Eu, em Oxford, tive que fazer uma pós-graduação de dois anos de ensino, quando eu entrei, e aqui eu só não tive que fazer porque eu já tinha o certificado de que eu já tinha feito esse curso. Eu fiz dois anos de pedagogia, de didática, de como dar uma aula, porque no Brasil a gente tem aquele modelo do professor que entra e fala, fala, fala, que é muito lindo, inspirado no modelo francês, que é muito lindo, só que funciona para um professor que fala, fala, fala. Todos os outros são um bando de pirados que não vão, que entram e saem, que humilham, que às vezes começa a falar da avó. A gente sabe que isso acontece, o tempo todo. E a gente humilha os estudantes porque a gente não teve uma preparação didática. Então isso na pedagogia, eu aprendi na minha aula de pedagogia, de didática, que chama

Internacionalismo como tema e como projeto de vida

modelo autobiográfico de ensino. Você pega o professor que você gostou e você reproduz o melhor e o pior dele. Você reproduz a humilhação que você sofreu, porque isso lhe coloca no lugar de poder, e você reproduz a aula boa. Só que, eu, por exemplo, que sou uma mulher, que não para de falar, os alunos, coitados, ficavam balançando cabeça na aula, porque eu queria reproduzir o meu professor, que era aquele que chegava e falava duas horas e a gente ficava assim babando. Só que isso não funcionou para mim. Eu só fui começar a ser uma boa professora quando eu entendi que eu tinha que colocar meus objetivos de forma clara: “hoje nós vamos estudar isso, isso, isso”. Daí eu falo, eu permito que eu tenha um pouco de flexibilidade, mas que eu termino a aula dizendo: “hoje a gente viu isso, isso, isso etc”. E coisas mínimas. E de pensar isso, porque todo currículo aqui no Reino Unido também está focado por um modelo totalmente inclusivo. Então a gente é treinado durante 1,2 anos, a ver se os estudantes asiáticos e negros, porque que eles estão falando menos. Então a gente é treinado nisso desde o primeiro dia que a gente é professor aqui. Quem é que está falando mais, homem ou mulher em sala de aula? Quem é que discute isso no Brasil em termos pedagógicos, em termos de currículo? Quer dizer, hoje, nas minhas aulas, pelo Zoom, eu tenho que legendar minhas aulas, porque eu tenho que pensar nos estudantes surdos. Alguns de vocês deve ter visto, a gente usa máscara transparente, para os estudantes poderem ler nossos lábios. Enfim, você tem todo um projeto adaptado e inclusivo para os estudantes. Eu acho que isso, no Brasil, a gente está muito aquém. Então eu acho que na institucionalização de processos pedagógicos inclusivos a gente está muito atrás.

**Você publicou recentemente, com a antropóloga Cristina Martins, o texto “Futuro pós-pandêmico – como a mídia tradicional forja um novo indivíduo”, na Revista Piauí. Através de publicações de jornais do mundo todo, vocês constroem uma personagem fictícia que vive a experiência de mobilidade, trabalho e sociabilidade em um futuro pós-pandemia, projetado por essa mídia. O futuro sempre foi um grande tema, fazendo com que muitos analistas e cientistas sociais se aventurassem em tentativas (em sua grande maioria, fracassadas) de prevê-lo. Considerando que projetos futuros também moldam nossas práticas presentes, como as Ciências Sociais, e a Antropologia em particular, podem ajudar a pensar o futuro? Como articular horizontes utópicos e distópicos com a nossa experiência cotidiana?**

**RPM:** Primeiro vou falar rapidamente da pesquisa. A pesquisa mostra claramente que quem está pensando e imaginando o mundo novo são homens brancos – que escrevem no New York Times, no Financial Times e estão decidindo o mesmo mundo que eles vieram decidindo ao longo dos últimos séculos. E esse é um mundo do capitalismo, um mundo neoliberal. E esse discurso é produzido por homens. É claro, que a gente escreveu uma coisa fictícia, mas é um futuro distópico. Um futuro quase distópico em grande medida e de um processo de hiperindividualização máxima de um processo civilizador deleuziano, digamos assim. Por outro lado, o artigo a gente não desenvolveu muito, mas aproveitando o gancho, eu sou professora de discurso. Trabalho com discurso de desenvolvimento e sou professora há sete anos. E a gente sabe muito bem que há uma leitura de desenvolvimento enviesada. Atravessada pela leitura de Foucault, de que poder é conhecimento e conhecimento é poder. E que discursos criam e dominam o futuro. E o discurso é engessado, mas pode ser mudado a partir de contradiscursos, de contra narrativas. Então, a importância dessa pesquisa é de apontar pessoas como a Debora Diniz falando “o futuro pós-pandêmico será feminista”. E muita gente dizendo “porque ela tá dizendo isso?”, “A mulher está com muitos problemas”. E ela está claramente dizendo isso, porque está disputando uma narrativa, enquanto discurso. E oferecendo uma contranarrativa. Uma das pessoas que mais vem trabalhando feminismo na linha de frente, intelectualmente, nos últimos anos. Ela sabe o que ela precisa disputar nesse discurso. Então a gente precisa em primeiro lugar disputar discursos, que aqui é um pouco o Foucault mais otimista mais lá para o final da vida dele. Na verdade não. Foucault otimista jamais! (risos) Mas o que a obra do Foucault fez para os movimentos pós-1968. Também penso na obra que talvez mais me inspire, que é o meu lado menos público, mas que é essa coisa do desenvolvimento, é a obra do Arturo Escobar, que é pensar sobre criar discursos de transição, de como pegar o que existe e imaginar futuro, desenhar futuros possíveis. Mas aí nesse ponto eu volto para uma coisa freiriana, do Ernst Bloch, de uma pedagogia da esperança, e também pela Ana Cecília Dinerstein, que é pensar a esperança, a partir do que eles chamam de *not yet*. Que não é a esperança de um mundo que não existe. É a esperança a partir de um possível. De que já se tem as bases para isso. Então a gente precisa construir as saídas para o futuro a partir do que tem. É por isso que eu insisto tanto nessa questão de pensar no que tem no Brasil de positivo pós 2013 nas universidades, nos movimentos por cidadania, por direitos, nos movimentos da sociedade civil e a partir

Internacionalismo como tema e como projeto de vida

daí criar esse *not yet*, que é a esperança não num futuro tolo, que é muito diferente de otimismo, mas a partir de utopias concretas. O que já existe hoje, mas que a partir desses fios a gente pode criar uma narrativa e tomar o discurso da história por nós mulheres, vulneráveis, estudantes, latinoamericanos. E se apropriar do discurso e criar novos discursos a partir do que existe. Porque o mundo, a dominação é feita por discursos, eles não são só palavras. A gente sabe que os discursos criam modelos de dominação, eles criam um modelo de verdade. Criam verdade universais. Então é hora de contestar verdades, já que estamos em uma crise. E criar novos discursos. Mas não se faz isso inventando a roda. Se faz isso a partir de um processo do que já existe no concreto. Quais são os elementos hoje que a gente tem no Brasil e a partir dos quais a gente pode imaginar um outro futuro, uma nova nação.

## Referências

MARINS, Cristina; PINHEIRO-MACHADO, Rosana. **Futuro Pós-Pandêmico: como a mídia tradicional forja um novo indivíduo.** Revista Piauí. 9 de outubro de 2020. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/futuro-pos-pandemico>>. Acesso em: nov. 2020.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. **Precisamos falar sobre a vaidade na acadêmica.** In; Blog Rosana Pinheiro-Machado. Fevereiro de 2016. Disponível em: <<http://rosanapinheiomachado.com.br/pt/precisamos-falar-sobre-a-vaidade-na-vida-academica>>. Acesso em: nov. 2020.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. **A guerra na educação piora a já frágil saúde mental nas universidades.** The Intercept Brasil. 14 de outubro de 2019. Disponível em: <<https://theintercept.com/2019/10/14/guerra-universidades-piora-saude-mental>>. Acesso em: out. 2020.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. **Amanhã vai ser maior: o que aconteceu com o Brasil e possíveis rotas de fuga para a crise atual.** São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2019.